



Formar florestal: uma experiência de educação em manejo florestal comunitário na Amazônia

Roberta de Fátima Rodrigues Coelho¹, Marcos Santos Silva², Romier da Paixão Sousa³, Kátiuscia Fernandes Miranda⁴ e Manuel Amaral Neto⁵.

¹Engenheira Florestal, Mestre em Ciências Florestais e Doutora em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: roberta.fatimacoelho@gmail.com; ²Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências Humanas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, campus Castanhal/PA. E-mail: marcostierra@gmail.com; ³Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Mestre em Agroecologia pela Universidade Internacional de Andalucia (UNIA, Espanha) e Doutorado em Estudos do Meio Ambiente pela Universidad Pablo de Olavide (UPO, Sevilla, Espanha). E-mail: romier.sousa.ifpa@gmail.com; ⁴Engenheira Ambiental pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). E-mail: glaukat2001@gmail.com; ⁵Engenheiro Agrônomo pela UFRA, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela UFPA. E-mail: manuel@iieb.org.br.

Resumo: A relação entre trabalho e educação sempre esteve pautada numa perspectiva de subordinação ao capital. Contudo, nos últimos anos, em função da pressão exercida pelos movimentos sociais e a crítica acadêmica a este modelo de educação, muitas experiências vêm surgindo como práticas contra hegemônicas de formação. Várias mudanças no campo da educação começam a surgir por meio da implantação de políticas públicas, que vão desde a alfabetização de jovens e adultos à educação superior, e através de programas e projetos voltados para a Formação Inicial e Continuada (FIC) de educadores do campo, com o objetivo de fortalecer a sua identidade e levá-los à incorporação de novos. Nesta direção, apresenta-se uma reflexão sobre a experiência do curso FIC em Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) como estratégia de fortalecimento de lideranças e suas organizações na governança florestal dos seus territórios.

Palavras-chave: governança florestal; formação profissional; agroecologia.

1. Introdução

As transformações no mundo do trabalho em função do atual modelo de produção e seus pacotes tecnológicos, nos últimos anos, tem influenciado cada vez mais o campo da formação profissional. Segundo Manfredi (2002), o atual modelo de educação profissional vigente até os dias



atuais, consolidou-se a partir da revolução industrial ocorrida na Inglaterra, no século XVIII. Ainda para o autor, tal vinculação tardia entre educação e trabalho é compreensível, por conta das relações sociais específicas das sociedades antiga e medieval que se mantinham vinculadas a poderes centralizados nos senhores feudais ou na igreja.

Na modernidade o vínculo entre trabalho produtivo e educação com o advento do capitalismo, em que a produção se rende ao mercado, assume para si a organização da produção e suas relações de capital e trabalho. O capitalismo determina as regras sobre valores, ideias, teorias, símbolos e instituições, entre as quais destaca-se a escola como espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que justificam o novo modo de produção (FRIGOTO, 1999).

Tais contradições que envolvem o papel da escola e suas concepções pedagógicas, diante do mundo do trabalho e sua modernidade, criaram as condições para o surgimento de um importante movimento de âmbito nacional, fruto de mobilização no campo brasileiro a partir da década de 1980. Segundo Molina (2014), esse processo nacionalmente se reconhece como Movimento Por uma Educação do Campo, composto por movimentos sociais e sindicais que passam a pautar as instâncias de governo reivindicando escolas do campo, como ponto central a preocupação com formação docente qualificada e pertinente às necessidades do contexto do campo e suas concepções políticas e pedagógicas.

Nessa perspectiva, várias mudanças no campo da educação começam a surgir por meio da implantação de políticas públicas, que vão desde a alfabetização de jovens e adultos à educação superior, e através de programas e projetos voltadas para a formação inicial e continuada (FIC) de educadores do campo, com o objetivo de fortalecer a identidade dos sujeitos do campo, por meio da educação, levando-os à incorporação de novos saberes e fortalecimento da governança territorial, tendo como base a formação humana com vistas à valorização dos sujeitos a partir de suas próprias práticas (FREITAS, 2011).

Por outro lado, surgem no âmbito estatal, propostas de educação dos trabalhadores focadas no mercado de trabalho e com uma visão tecnicista da formação profissional, a exemplo do Programa



Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), que com raras exceções, é implementado numa lógica verticalizada e alinhado a inserção dos trabalhadores e trabalhadoras ao mercado de trabalho, subordinando-os ao capital. Como antítese deste processo, a articulação entre Organização da Sociedade Civil, Instituto Federal e Organizações Sociais da Amazônia, propõe uma alternativa de formação no campo florestal, visando à formação de lideranças que possam disseminar as práticas políticas, sociais e tecnológicas do MFCF.

O objetivo desse trabalho é realizar uma reflexão sobre a experiência do curso de FIC em MFCF - FORMAR Florestal, como estratégia de fortalecimento de lideranças e suas organizações na governança florestal dos seus territórios.

2. Formar Florestal: formação inicial e continuada em manejo florestal comunitário e familiar

2.1. Formação Inicial e Continuada (FIC)

O FIC é um curso de formação para jovens e adultos que estão inseridos nas comunidades rurais amazônicas e tem como objetivo garantir a qualificação profissional de trabalhadores. O curso FIC em MFCF é uma iniciativa do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), ONG do campo socioambiental, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal (IFPA Campus Castanhal) e organizações locais de povos e comunidades tradicionais da Amazônia Paraense.

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado entre as duas instituições permitiu a parceria no campo da formação voltado ao fortalecimento do tema do Manejo. No entanto, o curso FORMAR Florestal só foi formalmente constituído em novembro de 2014, por meio da resolução 262/2014 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (CONSUP), tornando o IFPA-Campus Castanhal apto a realizar a oferta de vagas para formação nesta modalidade. O público do curso foram jovens e adultos agroextrativistas comunitários.



2.2. O Percorso Formativo

O percurso formativo tem como objetivo realizar a formação de jovens e adultos em conhecimentos sobre os aspectos técnicos, organizacionais, políticos e culturais visando fortalecer o manejo e a governança florestal no Pará e busca trabalhar sob dois aspectos principais: os conhecimentos científicos e práticos desenvolvidos para superar modelos de agricultura que degradam os recursos naturais e poluem o meio ambiente (água, solo, ar) e; a socialização, disseminação e construção de conhecimentos a partir do contexto regional visando o fortalecimento do MFCF.

A metodologia do curso está baseada nos princípios defendidos por Freire (1997), no sentido da construção social do conhecimento, onde os educadores envolvidos têm em mente que ensinar não é um ato de transferência de conhecimento ou conteúdo, mas a criação de possibilidades para a sua produção ou a sua construção. A proposta pedagógica do curso encontra-se embasada em uma fundamentação teórica que leva em consideração os princípios contidos na educação do campo, onde se entende que todos possuem um conhecimento válido que pode ser socializado, dialogado, compartilhado e refletido – a percepção que os sujeitos sociais, independentemente da sua formação escolar, possuem saberes válidos e torna-se fundamental na construção de conhecimentos coletivos.

A pedagogia da alternância é um dos elementos estruturantes do curso, possibilitando que o (a) educando (a) discuta e reflita os temas do curso em sala de aula, mas que também aplique e problematize esse conteúdo em suas comunidades e organizações. Ou seja, ele (a) vivencia a formação por meio da reflexão e da ação. Os eixos temáticos que orientam o curso são distribuídos em Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Nesse sentido o itinerário formativo contempla atividades presenciais (TE) com carga horária total de 280 horas e etapas não presenciais (TC) com carga horária de 120 horas, totalizando 400 horas de formação profissional. Nesses momentos o saber sistematizado e historicamente acumulado pela humanidade é articulado à pluralidade de sabedorias da qual educandos (as) são portadores. É um momento também de elaboração, de planejamento dos projetos e ações a serem desenvolvidas nas comunidades.

Outro aspecto presente no curso é o trabalho e a pesquisa como princípio educativo, enquanto um elemento fundamental do processo formativo dos educandos, que traz a indissociabilidade do



ensino-pesquisa-extensão elevando o nível de indagação, inquirição e a busca de informação, que instiga os sujeitos a problematizarem a realidade e investigarem, condição imperiosa na formação de base interdisciplinar e transdisciplinar. Nesse sentido, a pesquisa como princípio educativo baseia-se na construção de fundamentos e práticas interdisciplinares e transdisciplinares, devendo referenciar o itinerário formativo do Projeto no TE e no TC, possibilitando que o planejamento, execução e avaliação do processo pedagógico se (re) construa por meio da pesquisa-ação-reflexão.

O curso aborda cinco eixos (temas) durante os módulos de formação com o objetivo de organizar as diversas problemáticas, favorecendo a reflexão articulada e integrada com base nos saberes locais e científicos estabelecidos que partiram da realidade dos educandos (as), das problematizações dos seus territórios e de como os recursos naturais presente ali estão sendo geridos (Figura 1).

3. Reflexões sobre a experiência

Apesar da importância socioeconômica da atividade florestal, no Pará não existe um programa ou agência de extensão e assistência técnica florestal. Ainda que o Estado possua uma Agência de Assistência Técnica Estadual (EMATER), este órgão não consegue atender as demandas de assistência técnica para os setores agrícola, pecuária e florestal, sendo o último quase inexistente. Entre as principais causas apontadas para a ineficiência da assistência técnica florestal estão a falta de recursos, falta de pessoal capacitado e dificuldade de acesso à informação.

A demanda de assistência técnica até então, tem sido atendida pelo próprio setor privado ou por instituições não governamentais. A escassez de profissionais está relacionada a três fatores principais: i) a formação nas universidades e escolas florestais oferece poucas oportunidades de treinamento prático em manejo florestal; ii) número reduzido de iniciativas de bom manejo no setor florestal, 95% da produção de madeira vem de exploração predatória (Schneider et al., 2000) e; iii) oferta reduzida de capacitação e treinamentos práticos em manejo florestal para técnicos e operários do setor florestal.



No caso específico das iniciativas de MFCF, estas têm demandado capacitações para questões que vão além de aspectos técnicos relacionados ao manejo florestal, incluindo dimensões organizacionais, políticas, culturais, etc. É nessa conjuntura que o Formar Florestal se torna uma iniciativa importante de formação continuada, pois proporciona aos sujeitos participantes a possibilidade de refletir sobre suas práticas produtivas, construindo coletivamente lições e aprendizados que serão internalizados na formulação de soluções para os principais problemas encontrados.

O diferencial do Formar Florestal inicia-se no processo seletivo, onde são privilegiadas as lideranças de comunidades que atuam ou tenham interesse em desenvolver ações de manejo e gestão de seus recursos naturais - seja madeireiro ou não madeireiro. Neste sentido, para a seleção dos educandos (as) buscou-se articulação com organizações sociais e sindicais que pudessem mobilizar pessoas com perfil de lideranças e que possuíssem histórico de luta pela autonomia do uso e gestão dos recursos naturais. Esta estratégia possibilitou uma menor evasão dos educandos, pois os educandos selecionados realmente tinham interesse pela formação. No total, foram mobilizadas lideranças de treze municípios do Estado do Pará, onze no território do Oeste paraense e dois em Marajó. São eles: Almeirim, Porto de Moz, Anapu, Altamira, Novo Progresso, Itaituba, Trairão, Rurópolis, Placas, Santarém, Juruti, Curalinho e Portel.

Nesses territórios existe uma grande pressão do segmento empresarial e de projetos desenvolvimentistas sobre os recursos naturais, o que faz com que ações de fortalecimento na região, através da governança florestal, sejam fundamentais para o avanço na sustentabilidade dos ecossistemas e agroecossistemas. Os educandos (as) são oriundos de diferentes territórios, tais como, Projeto de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), Reservas Extrativistas (RESEX), Florestas Nacionais (FLONA), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Glebas estaduais, Terras indígenas (TI) e Projetos de Assentamentos (PA).

A troca de saberes e experiências entre os (as) educandos (as) foram realizadas através dos intercâmbios. Nesses momentos o saber historicamente acumulado por eles (as) são articulados à pluralidade de saberes da qual os (as) educandos (as) são portadores. Nesse sentido, a troca de experiência se torna uma ferramenta pedagógica importante dentro do percurso formativo. A



valorização das práticas realizadas pelos agroextrativistas nos intercâmbios são no intuito de busca facilitar o diálogo entre as diferentes formas de conhecimento e que favoreça um aprendizado a partir da reflexão dos conteúdos adotados, relacionando-os com as realidades dos (as) educandos (as), a partir do ponto de vista econômico, político, familiar, social, cultural, ambiental e do trabalho.

A proposta do intercâmbio é fortalecer as temáticas dialogadas em sala de aula e relacioná-las com as práticas de exploração florestal (madeireiro e não madeireiro) e identificar os principais desafios que as organizações e comunidades possuem para realizar tal atividade (Figura 2). O processo de formação a partir da realidade concreta faz com que os (as) educandos (as) reflitam diversos temas que são transversais ao manejo dos recursos florestal como processos de ocupação da Amazônia, impactos dos grandes projetos na região, autonomia dos povos e comunidades na defesa de seus territórios, práticas sustentáveis comunitárias, ações em redes e comunicação popular.

4. Diálogo como os princípios e diretrizes da Educação em agroecologia

No processo de construção do enfoque agroecológico na produção e socialização de conhecimentos, o Formar Florestal traz na sua essência os princípios da Educação em Agroecologia. O acesso aos recursos naturais e bens da natureza como terra, água, floresta, sementes, alimentos, trabalho e cultura garantem aprendizagens fundamentais, que possibilitam a sustentabilidade e isso está expresso no percurso formativo (eixos temáticos) da proposta de formação. Então, o princípio da vida é expresso.

O curso possui como estratégia o fortalecimento da sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética, assim como processos endógenos, valorizando os aspectos comunitários. A abordagem da formação busca valorizar os conhecimentos sobre os ecossistemas locais, sem dissociá-los da história de uso e gestão destes recursos pelos seres humanos, realizando assim uma articulação entre o específico (local) e o geral na formação dos educandos, discutindo temas associados a questões políticas, econômicas e sociais do manejo florestal, fortalecendo assim o princípio da complexidade na formação.



A ideia de realizar os intercâmbios em comunidades Amazônicas que vem desenvolvendo diversas iniciativas de manejo florestal, com atividades diversificadas de produção vegetal e animal, como manejo de açaí, extração de madeira com impacto reduzido, criação de abelhas nativas e manejo de quelônios, possibilitou um aprendizado a partir da vida prática das comunidades, com oportunidade de observar os avanços e as dificuldades das experiências em tempo real e na realidade concreta.

Foram evidenciados os valores e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais como fonte de ensinamentos ecológicos e culturais, essenciais para a conservação da biodiversidade e a construção da sustentabilidade. A estratégia de fortalecimento da governança florestal através do curso também fez emergir a necessidade de mudanças das realidades dos educandos, onde os mesmos puderam exercer o princípio da transformação social e produtiva, já que muitos no TC (retorno para suas casas) iniciaram inovações e adaptações das experiências em seus territórios, percebendo-se como sujeitos na transformação das suas realidades.

5. Considerações finais

A realização deste primeiro curso voltado à temática florestal reuniu as experiências de duas instituições, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) - uma organização não governamental e o IFPA-Castanhal, instituição formal de ensino, o que permitiu uma experimentação prática de uma proposta de formação continuada, realizada em parceria, proporcionando à inserção da proposta do curso na grade de cursos ofertados pelo IFPA. Fica claro que a construção coletiva de conhecimento agroecológico com enfoque na gestão de recursos naturais pode ser realizada na articulação entre organizações da sociedade civil e instituições públicas fortalecendo ambientes de rede nos territórios, não criando espaços isolados de formação que não conseguem dialogar com as demandas reais da sociedade.

Por outro lado, isso exige um exercício de desprendimento das Instituições públicas para romper com uma visão academicista e tecnicista de formação profissional, aspectos bastantes comuns nos Institutos Federais. Outro elemento que se deve considerar é a metodologia empregada e as suas



concepções política-pedagógicas da prática educativa, que permitem um amplo espaço de experimentação para novas oportunidades de formação humana, principalmente ao trazer as concepções da educação e trabalho como fundamentação da abordagem teórica. Vale ressaltar que não é possível pensar em qualquer processo de formação para os sujeitos do campo sem levar em consideração as dimensões do trabalho e sua relação com a vida cotidiana das populações locais, tendo sempre o trabalho como um princípio educativo e como parte do processo de formação.

No âmbito Amazônico, existe um desafio sempre constante, pois a infraestrutura, os acessos e meios de transportes são sempre um limitador na possibilidade de intercâmbios e diálogos entre os diversos grupos sociais que tem desenvolvido práticas de manejos e gestão dos recursos naturais. Realizar uma formação que possibilite este encontro é essencial para o avanço da Agroecologia no seu sentido político. Porém, além de exigir um tempo grande de articulação e organização logística possui um custo elevado, que em muitos casos, inviabiliza as ações. Desta maneira, pensar políticas públicas que financiem estas atividades formativas, sem o engendramento burocrático habitual deve ser uma pauta constante de ação, reivindicação e luta política.

Referências

- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FRIGOTTO, G. *Modelos ou modos de produção e educação: dos conflitos às soluções*. Tecnologia educacional. Rio de Janeiro, v. 27, n. 147, p. 7-14, out./dez. 1999.
- MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOLINA, M. C. (Org). *Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera*. In: Série NEAD Debate. n. 22. Brasília: MDA, 2014.
- SCHNEIDER, R. R.; ARIMA, E.; VERÍSSIMO, A. *Amazônia sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Brasília: Banco Mundial, 2000.



ANEXOS

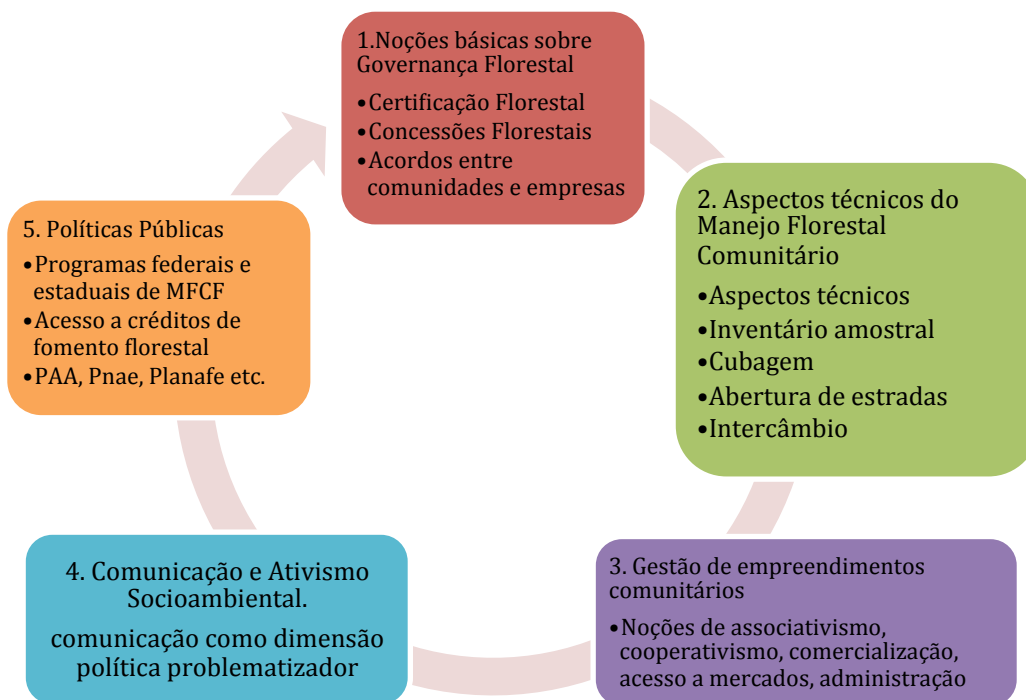


Figura 1 - Desenho curricular dos módulos do curso e sua dinâmica de interação com os temas e espaços.
Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso Formar Florestal, IEB/IFPA, 2015.

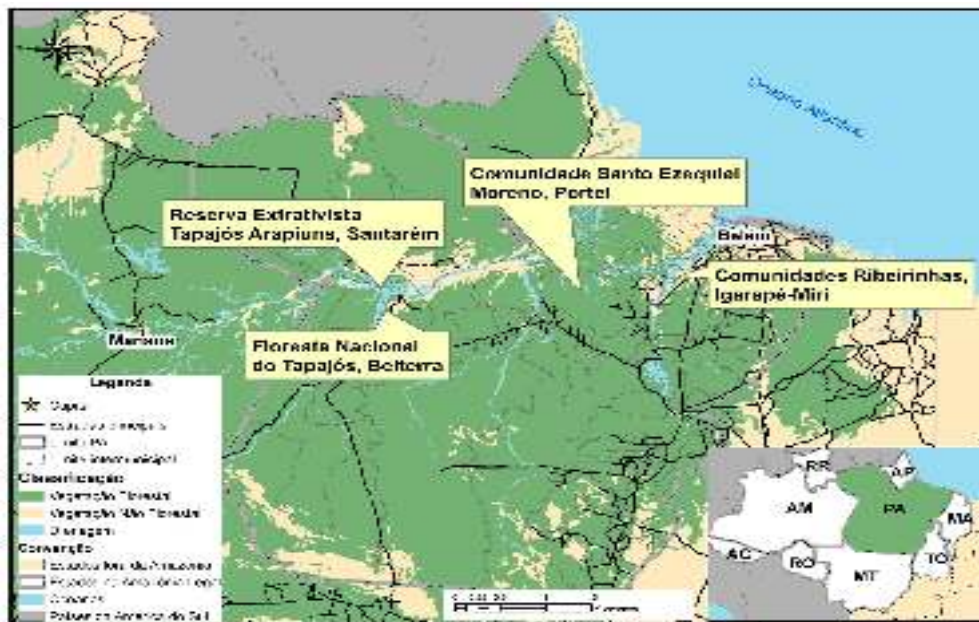


Figura 02. Comunidades com MFCF, visitadas pelos educandos do Formar Florestal no intercâmbio.
Fonte: IEB, 2016.